

A AMÉRICA CONTEMPORÂNEA: RELAÇÕES BILATERAIS E MULTILATERAIS *

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis. *As relações internacionais da América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Antonio Battisti Bianchet Junior **

Em *As relações internacionais da América Latina*, Luiz Felipe Viel Moreira, Marcela Cristina Quinteros e André Luiz Reis da Silva propõem uma abordagem holística das relações internacionais da América Latina, abarcando o período que se estende desde as revoluções independentistas, nas primeiras décadas do século XIX, até o tempo presente. Diferentemente das tendências historiográficas vigentes nas décadas de 1960 e 1970, que viam as relações internacionais americanas desde uma perspectiva estruturalista e as mostravam basicamente como resultado da interferência de capitais levada a cabo pelas nações hegemônicas, na obra em questão os autores sugerem maior importância a ser dada às particularidades de cada país no tocante à formulação e ao funcionamento das políticas externas.

Em outras palavras, os autores procuram mostrar uma história das relações internacionais no continente americano de uma maneira que não as faça parecer apenas resultado das forças exercidas pelas nações hegemônicas, mas como uma combinação dessas influências com os acontecimentos locais. Ou seja, os autores chamam a atenção para o papel exercido pelas sociedades de cada país no tocante ao desenrolar da história política, tanto local quanto em sua relação com o resto do continente. Nesse sentido, papel importante é creditado principalmente às elites nacionais.

A obra foi dividida em três partes. A parte I: *O longo século XIX latino-americano (1810-1914)* e a parte II: *O curto século XX latino-americano*

* Resenha recebida em 28/11/2011. Aprovada em 30/11/2011.

** Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá/PR, Brasil: E-mail: antoniobianchet@hotmail.com

(1914-1989) foram escritas por Luiz Felipe Viel Moreira e Marcela Cristina Quinteros; e a parte III: *O antecipado século XXI latino-americano (1989-2009)* é de autoria de André Luiz Reis da Silva.

A parte I divide-se em quatro capítulos: 1 – As independências no continente americano (1810-1825), 2 – A formação dos Estados Nacionais (1825-1860), 3 – A consolidação dos Estados Nacionais (1860-1890), e 4 – A América Latina e os Estados Unidos na transição do século (1890-1914).

Nessa primeira parte, sob o escopo da abordagem descrita acima, os autores situam o início dos estudos no período das independências na América Latina. Iniciam com um breve apanhado do período colonial no primeiro capítulo, apenas no que concerne à permanência de características daquela fase no primeiro quartel do século XIX. Algumas das características relacionadas à colonização – tanto espanhola quanto portuguesa – de certa forma tiveram consequências nas futuras relações internacionais dos então nascentes países.

No capítulo em questão, são temas: *A conformação territorial dos Estados Unidos*, que trata desde sua emancipação da Inglaterra em 1776, passando por uma expansão rumo a Oeste, o que, de início, representava uma complexa relação de poderes com as potências europeias; *A revolução no Haiti*, de caráter único no continente, representando o possível poder das classes oprimidas e, assim como a independência estadunidense, servindo de modelo para as outras regiões do continente; *O processo revolucionário na América do Sul*, de caráter complexo e resultado de uma combinação de fatores internos e externos, mesclando uma conjuntura que envolveu o contexto europeu com o desenrolar de divergências regionais e de classe no seio do subcontinente; *O México, as Províncias Unidas da América Central e o Caribe* também experimentaram processos diferenciados, demonstrando a complexidade em manter unidos os territórios frente às divergências internas; e *A América Latina independente e o mundo*, que trata da situação dos recém- independentes Estados e o início de suas relações com o “mundo livre”.

No capítulo seguinte, *A formação dos Estados Nacionais (1825-1860)*, é discutido o período pós-independência, caracterizado pela busca da ordem na região. Nesse período, as novas repúblicas buscaram o reconhecimento externo, o restabelecimento da economia, ajuda financeira, entre outros objetivos. Quanto às questões internas, perseguiu-se o estabelecimento de formas de governo, a recuperação das economias locais e a, agora internacional, questão da definição de

fronteiras. Para o período, a característica principal foi a instabilidade política, resultado dos diferentes projetos de nação pensados por suas elites incapazes de chegar a um mínimo consenso.

Os subitens do capítulo são: *O projeto bolivariano*, que trata dos intentos de Simón Bolívar de organizar os novos países coletivamente, buscando respeito às soberanias nacionais e a não-intervenção das potências estrangeiras. Além disso, Bolívar visava garantir a segurança do continente, obter o reconhecimento das independências pela Espanha e promover a igualdade entre os integrantes. Apesar de ser uma iniciativa louvável, se mostrou virtualmente impraticável para o período, onde os países e debatiam para resolver os problemas internos e as comunicações eram difíceis. O tópico seguinte é *A bacia do rio da Prata*, que demonstra o caráter fragmentário da região e as constantes disputas pelo poder. O inicial isolamento do Paraguai, a disputa na Argentina, que só se unificou constitucional e territorialmente em 1862, e o caso do Uruguai, que se debateu para conseguir sua independência tanto frente ao Brasil quanto à Argentina.

Em seguida, *A região andina* trata das conformações nacionais de Peru e Bolívia, da consolidação do Chile como país andino mais influente e da fragmentação da Gran Colombia em Equador, Colômbia e Venezuela, evidenciando as dificuldades do projeto bolivariano frente às diferenças regionais. *A Confederação Centro-americana*, subitem seguinte, trata da região do istmo centro-americano. De início tentou-se a união dos países, mas logo as divergências surgiram. Os principais fatores que contribuíram para fragmentação territorial foram a dificuldade de comunicação entre os territórios e a disponibilidade de acesso para os dois oceanos (Atlântico e Pacífico) em todos eles. O problema seguinte foi a relações destes países com EUA e Inglaterra, principalmente no tocante à construção de um canal inter-oceânico.

O Caribe, na sequência, aborda a região caribenha, de extrema importância estratégica, pois se encontra num ponto chave para o comércio marítimo entre as três Américas. Chama a atenção o caso cubano, que como a maior ilha da região, era desejada tanto pelos expansionistas dos EUA quanto pela Inglaterra. Porém, para o período, a Espanha conseguiu manter a posse de sua última e mais lucrativa colônia.

O Texas, o México e os Estados Unidos tratam da incorporação de grande parte do território do México pelos EUA, que sedentos pela expansão territorial não mediram esforços e envolveram-se em uma guerra rumo ao Oeste.

No terceiro capítulo, *A consolidação dos Estados Nacionais (1860-1890)*, é descrito um panorama geral da segunda metade do século XIX. Período este em que as nações latino-americanas aos poucos conseguiram ultrapassar as turbulências políticas e econômicas da metade anterior do século, definindo e exercendo a soberania em seus territórios. Entretanto, escaramuças envolvendo questões fronteiriças continuaram a acontecer no período. Exemplos foram a Guerra da Tríplice Aliança e a Guerra do Pacífico. Além disso, consolidaram-se os aparelhos estatais e definiram-se as características peculiares de cada região, bem como a organização socioeconômica e as condutas nas relações internacionais que marcaram a crescente influência europeia.

No capítulo *A América Latina e os Estados Unidos na transição do século (1890-1914)* é abordada a situação do hemisfério, marcada pela ascensão dos EUA à posição de país economicamente mais influente na região, posição esta paulatinamente ganha à Inglaterra. No período, os EUA, por meio do Secretário de Estado, James G. Blaine, empreenderam esforços para realizar uma conferência pan-americana, que acabou por ser realizada em 1889, e visava estreitar os laços econômicos no continente. As questões fronteiriças continuavam a permear a diplomacia. Após várias tentativas de negociação com a Inglaterra, a Venezuela solicitou a arbitragem dos EUA em relação à disputa de um território. *Grasso modo*, os EUA intervieram no caso em favor da Venezuela. O fato é que esse processo marcou uma espécie de aceitação por parte da Inglaterra quanto à hegemonia estadunidense no hemisfério ocidental.

O quinto capítulo, *As nações nos primórdios do século XX (1914-1929)*, marca um novo período no hemisfério. Os EUA emergem da Primeira Guerra Mundial como a maior economia do planeta, o que deixava mais latente a sua capacidade de influência política. Quanto à América Latina, diversificou-se paulatinamente a economia, e a imagem de alguns países melhorou no cenário internacional. Ocorreu maciça imigração, principalmente de europeus rumo ao continente, bem como a entrada de capitais externos, geralmente destinados à infra-estrutura. No México, a nova constituição de 1917 inovava em muitos aspectos, principalmente quanto ao polêmico artigo 27, referente à propriedade do subsolo, que repercutia fortemente na então incipiente indústria petrolífera. Data desta época também o início das atividades de empresas estrangeiras na extração de produtos tropicais, relacionadas às políticas estadunidenses que ficaram conhecidas como *Big Stick* e *Diplomacia do Dólar*. Em outras palavras, os EUA continuaram suas políticas intervencionistas, apenas mudando ligeiramente os métodos. Com

Herbert Hoover na presidência dos EUA, a política para com a América Latina começou a adquirir alguns aspectos do que seria conhecido posteriormente como *Política da boa vizinhança*. O recorte termina com a Crise de 1929, que abalou fortemente as frágeis e vulneráveis economias de exportação primária da América Latina.

No sexto capítulo, *Da Grande Depressão à Segunda Guerra Mundial (1929-1945)*, os autores discutem, entre outros assuntos, os efeitos da crise na América Latina e a *Política da boa vizinhança*, iniciada com Herbert Hoover e aprimorada por Franklin D. Roosevelt. Por meio dessa nova forma de relacionamento, os EUA rejeitaram as intervenções militares, embora tenham desenvolvido outros meios de defender os seus interesses na América Latina. O período marca também a ascensão ao poder de governantes autoritários em muitos países, às vezes apoiados pelos EUA; a permanência de disputas fronteiriças; um aumento do capital dos EUA investido na América Latina; bem como o esforço estadunidense em conquistar o apoio da América Latina à causa aliada.

O sétimo capítulo, *O começo da Guerra Fria na América Latina (1945-1961)*, trata do período imediatamente à pós-Segunda Guerra mundial, quando a vitória dos aliados teve como consequência a emergência de duas potências e a subsequente polarização do mundo nos lados capitalista – liderado pelo EUA –, e socialista – liderado pela URSS. Os EUA, preocupados com a possível expansão do comunismo pela Europa devastada, puseram em prática um plano de reconstrução que recebeu o nome de *Plano Marshall*. A América Latina, que esperava ansiosamente por alguma espécie de programa de investimentos semelhante, teve de amargar a resposta negativa por parte dos EUA, que defendiam a ideia de que o apoio financeiro à região deveria ter origem na esfera privada. Entretanto, a ameaça vermelha ao hemisfério ocidental preocupava Washington, que embora não tenha optado por mantê-la distante por meio de recursos pecuniários como na Europa, o fez dando apoio a qualquer governo que demonstrasse traços anticomunistas, o que, muitas vezes, significou a ascensão de regimes ditatoriais.

Dando continuidade ao estudo do período da Guerra Fria, no oitavo capítulo, intitulado *O fim da Guerra Fria na América Latina (1961-1989)*, é abordada a mudança no trato à ameaça comunista no hemisfério por parte dos EUA. Com o advento da Revolução Cubana (1959) e o assassinio de alguns ditadores em países latino-americanos, entre outros fatores, os EUA passaram a perceber que somente o apoio incondicional aos governos anticomunistas não estava a produzir os efeitos desejados na contenção ao comunismo no continente. Nesse sentido, passou-se a

elaborar novos meios para frear a “expansão vermelha”. No final do governo Eisenhower começou-se a estudar formas de apoio econômico à região, dando origem a um programa que adiante ficou conhecido como *Aliança para o progresso*. Por meio desse plano, os EUA dispunham ajuda econômica e militar à região no intuito de frear a expansão comunista. As décadas em questão foram marcadas pela permanência e ascensão de regimes ditatoriais militares em diversos países. Sob o comando destes, alguns países, como o Brasil, experimentaram crescimento econômico, porém, ele só veio como decorrência do endividamento externo e da compressão salarial, que causaram aumento estrondoso nas dívidas dos países da região e o aumento das desigualdades sociais.

No nono capítulo, *América Latina no contexto da redemocratização, neoliberalismo e globalização (1989-1999)*, escrito por André Luiz Reis da Silva, é discutido o período que corresponde ao fim dos regimes autoritários e a redemocratização da região. Marcado pelo fim da polarização, o período representou grandes mudanças. O fim da Guerra Fria cedeu espaço à formação de blocos econômicos, gerando maior internacionalização do capital. O liberalismo político foi seguido de novas premissas econômicas, o neoliberalismo; além disso, para o período verificou-se a intensificação do processo de globalização, representando o surgimento do que alguns autores denominam como a Nova Ordem Mundial.

O décimo e o último capítulos, *A nova América Latina e os desafios da autonomia e da integração (1999-2009)*, tratam da história recente da região, marcada pela crise do neoliberalismo da década de 1990 em diversos países, e a sequente ascensão de governos de esquerda, como ocorreu, no caso do Brasil, com a eleição de Lula em 2002.

Em seu conjunto, a obra apresenta um panorama geral muito interessante do período que abrange dois séculos das relações bilaterais e multilaterais no hemisfério ocidental. Tal formato é de grande utilidade para se iniciar o estudo das relações internacionais no continente, pois se apresenta de fácil compreensão e trabalha bem com os processos que adquiriram contornos de característica geral na região, bem como, situa as particularidades de cada país. Além disso, a obra rompe com a visão de que as relações estabelecidas entre os países latino-americanos são apenas resultado das interferências das nações mais influentes. Os autores sublinham em diferentes ocasiões o papel do contexto político interno e regional na elaboração das condutas dos países latino-americanos no cenário internacional.

